

Sede | Head Office

Rua José Estêvão 135 - A | piso 1

Unidade de Marketing, Comunicação e Imagem 1150 - 201 Lisboa | Portugal



T. + 351 21 358 79 15 | F. + 351 21 887 63 51 | apav.sede@apav.pt

Recortes de Imprensa

19 de Março de 2008

Alunos fazem doce das “Hortas Escolares”

A actividade de Educação Ambiental “Hortas Escolares”, promovida pela Câmara Municipal da Mealhada (CMM), que começou em Março deste ano, nos jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo do EB aderentes, já começou a dar os seus frutos.

Os alunos do jardim-de-infância do Carqueijo foram os primeiros a tirar proveito da iniciativa. Já aprenderam a fazer doce com os tomates que colheram da sua pequena horta.

Segundo a CMM “o objectivo desta iniciativa foi promover o contacto entre os alunos, a terra e todos os produtos que dela provêm. O objectivo foi conseguido, sobretudo, por parte dos alunos do jardim-de-infância do Carqueijo, que já deram uso ao que plantaram”.

Os alunos do jardim-de-infância em causa, procederam à colheita dos tomates que cresceram na horta que eles próprios criaram no pátio da escola e, com a ajuda das professoras, aprenderam a fazer um saboroso doce de tomate.

Estão abertas as candidaturas para Associações Desportivas

Já estão abertas as candidaturas para apoio financeiro às Associações Desportivas do Concelho da Mealhada. Todas as candidaturas deverão ser efectuadas até às 15h de sexta-feira, dia 30 de Novembro de 2007.

Para mais, informa-se que todas as associações interessadas em proceder à candidatura deverão solicitar a respectiva ficha na Secretaria da Câmara Municipal Mealhada e depois de devidamente preenchida, deverão entregá-la, até à data limite, igualmente na Secretaria da Câmara Municipal da Mealhada acompanhada do Plano de Actividades do corrente ano; do Orçamento previsto, com as fontes de receita e respectivos valores; da listagem de atletas por escalão e local de residência; dos documentos comprovativos da inscrição dos atletas em Associações Distritais ou Federação da modalidade, bem como documentos comprovativos da inscrição dos treinadores, enfermeiros, massagistas ou outros, e respectivos certificados de habilitações; e de elementos que comprovem terem jogadores nas suas equipas seniores provenientes de formação dos clubes do concelho.

Violência Doméstica em debate

Portugal tem um longo caminho ainda a percorrer em matéria de intervenção ao nível da violência doméstica. A conclusão pode ser retirada de um jantar-debate subordinado ao tema, que trouxe à Mealhada Joana Vidal, presidente da APAV

Joana Vidal, presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) foi a oradora convidada pelo Lions Clube da Mealhada, para um jantar-palestra que juntou meia centena de pessoas.

Na discussão ficou claro que em matéria de Violência Doméstica, apesar de já terem sido «passos importantes nos últimos anos, ainda existe um longo caminho a percorrer, quando comparamos a nossa realidade e o nosso investimento com outros países da Europa, como a Holanda», tal como referiu Joana Marques Vidal.

Lidando de perto com a problemática da Violência Doméstica, a oradora deixou perceber que este tipo de situações não se pode resolver apenas com a condenação dos agressores e que «muitas vezes assiste-se ao regresso ao lar de mais que uma vez das próprias vítimas, isto é um problema que tem que ser tratado, centrando a sua resolução no apoio a todos os envolvidos, agressores e agredidos», disse, acrescentando que a «abordagem pela repressão penal não é a mais importante; é necessário uma abordagem global, com acompanhamento».

Por outro lado, lembrou que muito recen-

temente a violência doméstica era considerada «um assunto de natureza privada»

Para Joana Marques Vidal, é necessário apostar na prevenção «que passa por uma campanha de sensibilização» e que «faz parte da luta contra a violência doméstica a atenção no agressor».

PROMOÇÃO DA IGUALDADE

Em jeito de desafio, Isabel Moreira, presidente do Lions Clube da Mealhada lembrou que, no âmbito da prevenção e combate à violência doméstica, 30 autarquias do país já têm planos municipais para a promoção da igualdade, que incluem a prevenção e combate à violência doméstica.

«O plano municipal para a promoção da igualdade visa promover a igualdade de género pela autarquia e uma das suas componentes está directamente relacionada com a prevenção e o combate à violência doméstica de uma forma integrada», disse Isabel Moreira.

O objectivo é criar uma rede local que inclua, para além das autarquias, entidades de referência na região e organizações não-governamentais «que possam, em con-

junto, construir uma proposta para combater e prevenir melhor este fenómeno da violência doméstica», diria a presidente do Lions da Mealhada, deixando assim um desafio ao poder político local.

Carlos Amorim, da Segurança Social, centrou o seu discurso na Linha 144, dando conta que a grande percentagem das chamadas para esta linha dizem respeito à violência doméstica. De resto, aquele dirigente não deixaria de destacar que «a vítima é alvo de várias vitimizações – fragilidade económica e social».

Luís Ventura representante do Governador do Distrito 115 Centro-Norte, elogiou a iniciativa e agradeceu, em nome da Associação dos Lions, esta iniciativa.

Entre os presentes neste debate estiveram o presidente da Assembleia Municipal da Mealhada, Rui Marquero, presidente da Junta de Freguesia da Mealhada, José Felgueiras, vereador da Câmara Municipal da Mealhada, José Calhoa, técnicas da autarquia e da Comissão de Protecção de Menores, representantes da Segurança Social, deputado da Assembleia da República, José Manuel Ribeiro, entre outras individualidades.



JOANA VIDAL FALOU SOBRE A PANORAMA PORTUGUÊS EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



Vítima do Crime foi tema de Seminário

AAPAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, como organização não governamental de apoio à vítima de crime, celebrou o Dia Europeu da Vítima do Crime, no passado dia 22. Este dia foi instituído pelo Fórum Europeu dos Serviços de Apoio à Vítima, actual Victim Support Europe, com o objectivo de assinalar os direitos de quem é vítima de crime. Este ano a AAPAV evocou o Dia Europeu da Vítima do Crime com a realização de um seminário/debate “Criminalidade Patrimonial vs Sentimento de Insegurança”, em Lisboa.





Dia Europeu da Vítima, preocupações viradas para a Violência Doméstica

No dia 22 de Fevereiro assinalou-se o Dia Europeu da Vítima.

Segundo as estatísticas da APAV, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, a violência doméstica continua a ser, no nosso país, um dos maiores flagelos sociais.

O balanço de 2007 feito pela APAV afirma que a violência doméstica continua a ser o maior problema (87,2%), seguida dos maus tratos psíquicos (28,5%), físicos (26%) e das ameaças e coacções (17,3%). Dos 7041 casos de vitimação, identificados através desta instituição em 2007, apenas de 38% foi feita queixa às autoridades competentes.

Apesar das vítimas continuarem a ser na sua maioria mulheres (87%), o número de queixas por parte do sexo masculino, (12%), está a aumentar, registando-se um crescimento de 2% face ao ano de 2005.

De destacar ainda que, geralmente, o autor dos crimes é

conhecido da vítima e são maioritariamente os maridos ou companheiros os que mais maltratam (56,3%), seguidos dos antigos companheiros (9,7%) e dos filhos, autores de 6,2% das situações de agressão.

Com 18 anos de actividade, a APAV tem desenvolvido um valioso trabalho junto das vítimas de crime, tendo, até à data, apoiado 150 mil pessoas, através dos serviços de 15 gabinetes de apoio e de mais de 200 voluntários.

Assim, entre 1990 e 2007, foram denunciados 138.526 crimes pessoalmente e 73.289 processos de apoio, o que se traduz em 150 mil pessoas apoiadas desde a criação da associação



Os meses de Janeiro (9,4 por cento), Março (9,4 por cento) e Junho

(9,6 por cento) foram os mais representativos, sendo as unidades

orgânicas de Lisboa (29,2 por cento), do Porto (17,8 por cento) e Cascais (9,6 por cento) aquelas que contaram com mais queixas no ano transacto

Em 67,8 por cento dos casos é o lesado que se dirige à associação e, em 14 por cento, os familiares

A maioria dos casos relatados diz respeito a pessoas de origem europeia (78,9 por cento), sobretudo portuguesas, com 73,4 por cento.

Contrariamente ao que sucede com o perfil das vítimas, os autores do crime são em quase 90% das situações do sexo masculino.

Apesar desta informação, assinala-se os 10% de mulheres autoras de crime que foram sinalizadas pela APAV em 2007.

Ao nível da profissão do autor do crime, os operários artífices e trabalhadores similares da indústria extractiva

e construção civil (6,2%) apresentam os valores mais elevados. Contudo, são os desempregados (13%) e os reformados (7%) que mais sobressaem face aos restantes.

Lembre-se que o silêncio não ajuda, que ele é, muitas vezes, cúmplice dos actos violentos.

Se presenciar, suspeitar, ou for vítima de alguma situação de desrespeito pelos direitos humanos, não hesite, contacte o gabinete de apoio à vítima mais perto de si, ou ligue o número único 707200077, ou para: Serviços centrais de Sede - Rua José Estêvão 135-A-Piso 1-1150-201 LISBOA - telefone: 21 358 79 00 fax 218876351, nos dias úteis no seguinte horário, das 10 às 13 horas e das 14 às 18 horas. Ou ainda para apav.sede@apav.pt.

Célia Ramos

Catujal. Neutel matou os pais, Alice e Domingos Rafael, com vários golpes na cabeça e tentou matar-se de seguida cortando o pescoço. Na vizinhança dizem que foi o facto de o pai bater na mãe que o levou a cometer o crime. Mas também há quem garanta que foram problemas com a droga

Violência doméstica leva filho a matar pais

PJ diz que não foram usadas armas de fogo

SUSANA LEITÃO

Passavam poucos minutos das 07.00 quando se ouviu uma explosão no rés-do-chão esquerdo, no número 3 da Rua José Gomes Ferreira, no Catujal, Loures. Lá dentro, Neutel Rafael, de 40 anos, tinha morto Domingos e Alice Rafael - o pai e a mãe, ambos com 60 anos - e de seguida tentou suicidar-se cortando o pescoço e provocando uma explosão. No entanto, algo correu mal e o alegado homicida não conseguiu pôr termo à vida de imediato. Ainda teve tempo de abrir a porta a uma vizinha preocupada e de ver os bombeiros chegar. Não resistiu aos ferimentos e morreu minutos depois.

O duplo homicídio, seguido de suicídio, foi confirmado ao DN pela Polícia Judiciária, que se escusou a revelar mais pormenores sobre o crime. A mesma autoridade esclareceu que

não foram utilizadas nem armas de fogo nem armas brancas e que a explosão foi provocada pelo homicida. As vítimas mortais tinham perfurações no crânio, provocadas possivelmente por uma marreta ou um objecto semelhante. A mãe foi encontrada na cama e o pai no chão. O suspeito terá utilizado uma faca para cortar o seu próprio pescoço.

Sobre o que levou Neutel a cometer os homicídios ninguém sabe até porque "não se ouviu um único som além da pequena explosão", relata Gabriela Silva, vizinha do primeiro direito. "A família era muito pacata e sossegada. Apesar de viverem aqui há 29 anos, pouco os víamos, pois tinham horários muito diferentes. A dona Alice vendia no mercado de Arroios e por isso levantavam-se muito cedo", contou ao DN.

Mas as causas eram ontem claras para Vasco Nunes, morador no mesmo bairro: violência doméstica. "O Neutel desabafava muito connosco, era amigo desde miúdo dos meus filhos." "Andava muito triste há já al-

gum tempo e quando cá chegava chorava. Contou-nos que o pai sofria de stress pós-traumático devido à guerra em Angola, bebia muito e batia na mãe", recorda. Também Maria Manuela Nunes se lembra do dia em que Neutel jurou acabar com a vida do pai: "Andava deprimido. Adorava a mãe, mas a senhora andava muito doente devido a um cancro no peito. Contou-nos que o pai batia na mãe, inclusive no local onde a senhora tinha sido operada e lhe tinham retirado o peito. Jurou várias vezes acabar com a vida do pai e com a sua. Sobre a mãe falava muito pouco."

"Ainda na terça-feira o vi na rua a passear o cão, era das poucas vezes que o víamos, sempre a passear o cão. Era um rapaz muito pacato", recorda Gabriela Silva. A vizinha do casal diz não conseguir esquecer o momento em que Neutel lhe abriu a porta após a explosão: "Estava todo queimado e não parava de dizer que estava tudo bem. De repente meteu a mão no cabelo e este caiu todo no chão devido às queimaduras."



Os corpos das três vítimas foram retirados pelas autoridades do local ao meio-dia de ontem

As versões sobre o crime eram muitas, mas curiosamente ninguém do prédio onde moravam as vítimas sabia o apelido da família. Nem mesmo o empregado do café no início da rua, que apenas confirmou que o "senhor Rafael" (pai) costumava lá beber umas cervejas. Sobre o filho do casal, há quem dissesse que tinha problemas com as drogas, que vivia às custas dos pais ou que ajudava a mãe na vida de comerciante. O DN sabe que o suspeito chegou a trabalhar como segurança mas estava desempregado há uns largos meses. Ao crime sobreviveu o pastor-alemão de Neutel, que foi levado pelos bombeiros. ■

PENA MÁXIMA DE PRISÃO

Se o desenrolar dos acontecimentos não tivesse sido este e o homicida estivesse vivo, a pena que lhe seria aplicada seria a de 25 anos, segundo o nosso Código Penal que define que o crime de homicídio praticado contra progenitores é considerado de homicídio qualificado. O homicídio qualificado não é mais que uma forma agravada do homicídio "simples". E cuja pena atribuída é a pena máxima prevista no nosso

Janelas foram tapadas com lençóis e tapetes

Os bombeiros foram os primeiros a chegar ao local do crime. Deparam-se com um cenário dantesco: duas vítimas mortais, ambas com 60 anos, e outro ferido em estado crítico todo queimado e com o pescoço cortado. Quando chegaram ao número 3 da Rua José Gomes Ferreira, no Catujal, o homicida estava na casa de banho a lavar-se. Depois caiu no chão e desmaiou. Apesar de todos os esforços dos bombeiros em fazer reanimação, Neutel Rafael não resistiu aos ferimentos por si provocados.

De seguida, chegou a Polícia de Segurança Pública (PSP), que ape-

nas conservou o local do crime para a Polícia Judiciária (PJ). Dentro de casa estiveram vários inspetores do laboratório da Polícia Científica. Artilhados com máquinas fotográficas e vestidos a rigor: fato-de-macaco branco, luvas e protecção nos sapatos. Durante mais de três horas recolheram todas as provas possíveis e analisaram os corpos.

Os cadáveres foram recolhidos pelas carrinhas da PSP depois das 12.00. A operação terminou às 12.30.

Depois disso, os curiosos e jornalistas que se juntaram no local assistiram a alguns pormenores da investigação menos agradáveis. Ou menos secretos...

Como testemunha a fotografia ao lado, a PSP achou por bem revirar a carteira da vítima (mãe) em busca de algo, talvez documentos pessoais ou algum contacto de familiares. No entanto, o acto que deveria ter sido executado entre paredes e longe dos olhares indiscretos dos populares e comuni-



PSP revistou toda a casa para recolher provas

PJ fez recolha de provas e analisou corpos



Parricídio é um crime pontual sem padrão para o agressor

Perfil. Especialistas defendem que há motivações várias para este tipo de acto

A história de Neutel, Domingos e Alice é mais uma que irá para os anais da investigação criminal. O que leva um filho a matar os pais e a suicidar-se em seguida? Os casos de parricídio registados até agora em Portugal revelam motivações várias, bem como diferentes perfis de agressor. "Não há um padrão", defendem psicólogos e criminalistas. A maioria das histórias de que há conhecimento derivam de conflitos associados à toxic dependência, ao alcoolismo e a violência doméstica, mas também a perturbações graves da personalidade. No entanto, trata-se de "um crime pontual".

De acordo com o ex-inspector da Judiciária e agora presidente da autarquia de Santarém, Moita Flores, em Portugal devem ocorrer entre quatro e seis casos por ano. Ou seja, "pode dizer-se que fazem parte da nossa história criminal com alguma frequência, embora não muita", argumentou. E se as motivações e os perfis dos agressores são vários, os desfechos de cada caso também. "Tudo depende se a situação surge de um acto planeado, resultante de uma perturbação patológica grave, ou de um conflito associado a vivências extremas de dependência de droga ou de alcoolismo", explicou ao DN uma psicóloga da área comportamental.

A mesma salientou que quando estamos perante um perfil de perturbação – por exemplo, de depressão pro-

funda – o suicídio "não é, normalmente, a solução escolhida para o próprio. Se tal acontece é porque o agressor integra um padrão diferente, que actua em desespero e por acreditar que toda a família não sobrevive a uma realidade de incontrolável", especificou.

Moita Flores, por sua vez, contou ao DN que os casos de parricídio de que tem conhecimento estão sobretudo associados a "conflitos que derivam de situações de alcoolismo extremo, conflitos velhos, muito magoados, em que o suicídio aparece como o primeiro instante de arrependimento e do remorso, aparece como uma explosão do momento e não como um

acto premeditado". Para o criminalista "quando se atingem certos limites as histórias familiares podem ter estes desfechos dramáticos".

No ano passado, e segundo dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), dez situações de violência doméstica terminaram em homicídio. José Félix, da APAV, referiu ao DN: "O homicídio é o desfecho máximo de uma situação dramática de violência doméstica. Acontece e de tal forma que estamos a desenvolver um projecto de apoio a familiares destas vítimas. Este caso é muito particular. À partida, trata-se de um crime que exterminou uma família. E não temos registro de muitas situações destas."

A história de Neutel, de 40 anos, filho de Domingos e de Alice, na casa dos 60 anos, ninguém a sabe ao certo. Nem vizinhos nem tão-pouco agora os investigadores do crime. A família, conhecida pelo apelido Rafael, vivia há 29 anos num rés-do-chão do Catujal, concelho de Loures, e é tratada pelo senhorio e demais vizinhança como "pacata" e "reservada". Ninguém lhes conhece outros parentes, mas tudo indica que o acto que a vitimou estará associado a um conflito resultante de uma vivência longa de toxic dependência do filho e de violência doméstica da parte de Domingos em relação à mulher. A investigação terá de recolher provas da autoria do acto e do suicídio. Se assim for, será arquivada, "pois não há sujeito a quem censurar pelo acto", explicou Moita Flores. ■

ANA MAFALDA INÁCIO



O homicídio é o desfecho máximo da violência doméstica. Este crime é muito particular. Exterminou uma família

José Félix
APAV



Suicídio é o primeiro instante do arrependimento e do remorso. É a explosão do momento

Moita Flores
Ex-inspector da PJ



LORENZO BALTAR

O dia em que Tó Jó marcou a história de Ílhavo

A 11 de Agosto de 1999, dava-se o último eclipse solar do milénio. Na madrugada do dia seguinte, Jorge Machado (49 anos) e Maria Fernanda (48) são brutalmente assassinados, com dezenas de facadas, quando estavam na sua casa no lugar de Vale de Ílhavo. Quatro dias depois, a Polícia Judiciária prende o filho do casal, António Jorge, conhecido como Tó Jó, um jovem de 20 vinte anos, e faz dele um dos suspeitos.

Num comunicado oficial, é admitido que os crimes terão sido perpetrados num "quadro de liturgia de grupo". As investigações ganham visibilidade quando, a 8 de Abril de 2000, Sara Matos, mulher de Tó Jó, é ouvida em interrogatório judicial e também acaba por ser constituída arguida. Em Julho, seria detido no Porto Nuno Lima, o terceiro acusado de co-autoria dos homicídios.

Entretanto, fica-se a saber que Tó Jó e a mulher faziam parte de uma banda de *death metal* chamada Agonizing Terror. Para além de instrumentistas, eram os autores das letras onde abundavam referências à morte e ao Diabo. Vestem-se a preceito, de negro e com cruzes ao pescoço. A literatura encontrada reforçou o envolvimento em cultos satânicos.

Tó Jó confessou a morte dos pais mas nos primeiros interrogatórios



DEBILITAS RESERVADAS



Jorge Machado e Maria Fernanda (foto acima) foram brutalmente assassinados com dezenas de facadas

Cadastrado ajudou a matar os pais

A 20 de Março de 1991, um crime violento abalou Braga. Pedro Infante matou o pai da namorada, subchefe da PSP, reformado, a tiro, quando este se encontrava a dormir. Esperou a mulher, que tinha ido à missa, e deu-lhe uma pancada na cabeça. O homicida e a filha das vítimas meteram os corpos em malas de viagem e despejaram-nos, quatro dias depois, na margem galega do rio Minho.

Já Sara, ex-mulher, e o amigo Nuno Lima são absolvidos das acusações de, respectivamente, autoria moral e autoria material de homicídio por falta de provas.

Apesar de fortes indícios, não foi possível ao colectivo concluir "para além de dúvida razoável" o envolvimento de Sara com Tó Jó na madrugada sangrenta. "Ficámos com a intuição de que planeou, mas não a convicção jurídica", referiu então o juiz presidente Paulo Valério. O colectivo deu como provado que os crimes foram cometidos por um motivo "fútil", o interesse económico. ■

JÚLIO ALMEIDA, Aveiro

O Código Penal define este crime como homicídio qualificado e prevê pena máxima

regime, de 25 anos. "O facto de as vítimas serem os progenitores é considerado como qualificado", explica o advogado Luís Filipe Carvalho. Como houve duas vítimas, a pena aplicada poderia ser de 25 mais 25 anos. Como o nosso sistema penal prevê que nenhuma sentença deve ultrapassar os 25 anos", explicou o mesmo advogado, "neste caso apenas poderia ser dada essa pena e não de 50 anos".

cação social, foi feito ali mesmo, à entrada do prédio perante o olhar de todos. Importante referir que nesta altura já os moradores da rua podiam circular livremente.

Outro dado curioso: as janelas laterais da casa foram tapadas com lençóis e tapetes. Isto porque, devido à explosão, as persianas ficaram empenadas e não fechavam – apesar do esforço de dois agentes. Com os vidros partidos, para assegurar o perímetro de segurança e conservar o interior da habitação, a solução foi tapar tudo com o que estava mais à mão. ■

SUSANA LEITÃO

Vítimas de violência doméstica beneficiam de projecto nacional

Projecto de inserção sócio-profissional das vítimas de violência vai ser apresentado em Ponta Delgada no âmbito de uma parceria entre a Câmara Municipal e a Associação para o Desenvolvimento de Figueira, em Penafiel



Edilidade empenha-se no combate à violência doméstica

EDUARDO COSTA

JOÃO ALBERTO MEDEIROS
jamedeiros@acorianoriente.pt

PONTA DELGADA

No âmbito de uma parceria com a Câmara Municipal de Ponta Delgada, as mulheres vítimas de violência doméstica vão beneficiar de um projecto nacional denominado "Para uma Vida Nova".

Trata-se de um projecto de inserção sócio-profissional das vítimas de violência que vai ser apresentado em Ponta Delgada, a 12 e 13 do corrente mês.

O projecto é da responsabilidade da Associação para o Desenvolvimento de Figueira, em Penafiel, sendo apresentado em Ponta Delgada na sequência de uma parceria da-

quela associação sediada no continente com várias autarquias, entre as quais Ponta Delgada e Funchal, bem como com associações empresariais, centros de saúde, Instituto de Acção Social, forças de segurança, Associação de Apoio à Vítima (APAV), entre outras forças vi-

Serão inauguradas, a 14 de Março, as novas instalações do Gabinete de Apoio à Vítima, em Ponta Delgada, pelo presidente da APAV

vas. Na sequência da apresentação do projecto serão inauguradas, a 14 de Março, as novas instalações do Gabinete de Apoio à Vítima, em Ponta Delgada, pela presidente da APAV, Joana Marques Vidal.

O Gabinete de Apoio à Vítima está aberto em Ponta Delgada desde 23 de Fevereiro de 2004.

A delegação da APAV tem vindo a funcionar em instalações cedidas pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, no seu edifício da Divisão de Acção Social.

A abertura de um Gabinete de Apoio à Vítima em Ponta Delgada deveu-se a uma parceria entre a autarquia e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, em que a Câmara apoia logística e financeiramente os custos de funcionamento deste Gabinete, com a participação de 34 mil euros por ano.

A Câmara Municipal de Ponta Delgada apoia, em Ponta Delgada, a apresentação do projecto "Para uma Vida Nova", que decorrerá durante um workshop que juntará, entre outros, a Coordenadora do projecto, Manuela Santos, o presidente da Assembleia Geral da Associação para o Desenvolvimento de Figueira, António Lobo Xavier (a confirmar), a gestora do Gabinete de APAV do Porto, Ana Castro Sousa, Gualter Morgado, o presidente da Câmara Municipal de Penafiel, Alberto Santos, e a presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

A violência doméstica constitui um grave problema na sociedade açoriana, onde este fenómeno tem grande expressão, estando ligado a várias causas já identificadas, entre as quais o alcoolismo, que constitui outro fenómeno com grande dimensão entre a população. ||

**Dia Internacional da Mulher****Ofereça uma flor, ajude a APAV**

A propósito do Dia Internacional da Mulher, a loja de flores "okflores.pt" (on-line) promove uma acção de solidariedade com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), lembrando que a violência doméstica contra as mulheres é um dos crimes com maior presença na sociedade portuguesa. De acordo com dados oficiais, as denúncias têm crescido junto das autoridades policiais, tendo também aumentado os pedidos de apoio nos 15 gabinetes de apoio à vítima da APAV em todo o país e na linha de atendimento telefónico.

Assim, por qualquer compra efectuada entre 2 e 8 de Março naquele *site*, reverte 1 euro para a APAV.



Alunas da Lousã debatem tema na Área de Projecto

“Quem cala consente” abordou violência doméstica

“Quem cala consente” foi o tema para a uma palestra promovida pelas alunas Anabela Carvalho, Sónia Henriques e Vanessa Costa, do 12.B da Escola Secundária da Lousã, que abordou a temática da violência doméstica. O encontro, realizado no âmbito do trabalho “À margem da vida”, contou com intervenções de dois elementos da GNR, a investigadora criminal Sónia Marques, do Núcleo Mulher e Menor, o cabo Reis e quatro estagiários (nas áreas de psicologia, serviço social, educação e direito) da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Pretendeu-se esclarecer os participantes sobre os aspectos relacionados com a violência doméstica, como por exem-



As alunas do 12.B abordam a violência doméstica na Área de Projecto

plo o contexto social em que a vítima está inserida, bem como os factores emocionais que a impedem de apresentar queixa,

o modo como a lei actua e o trabalho exercido pela GNR e pela APAV. A realização da palestra inseriu-se no trabalho “À mar-

gem da vida” que as alunas estão a desenvolver no âmbito da disciplina Área de Projecto, com a professora Luísa Sales.●

Violência doméstica. É um dos crimes que mais subiram em 2007. Segundo dados da PSP e da GNR, constantes no relatório de segurança interna, aumentou mais de 6% face a 2006, e quase 11% nas áreas da polícia. A Guarda registou ligeira descida. Mas há cada vez mais violência neste crime

Quase 22 mil crimes no seio das famílias

Mulheres são maioria das vítimas. Áreas urbanas têm mais casos

ANA MAFALDA INÁCIO

PSP e GNR registaram quase 22 mil crimes de violência doméstica em 2007. Mais precisamente 21 907, o que corresponde a um aumento global de mais de 6% relativamente ao ano anterior. Nas áreas da PSP foram registados 13 050 casos, mais 1412 do que em 2006, correspondendo a uma subida de 10,8%. Nas da GNR, houve uma ligeira descida, 1,1%. Menos cem casos do que em 2006, passando dos 8957 para os 8857. Destes, 265 eram jovens menores de 16 anos.

Estes dados, a que o DN teve acesso, irão constar do relatório de segurança interna, que está a ser ultimado pelo Gabinete Coordenador de Segurança para ser entregue ao Governo e apresentado no Parlamento no próximo mês. Mas os mesmos reflectem aquilo que já tinha sido confirmado ao DN, na semana passada, pelo responsável do Gabinete Coordenador de Segurança (GCS), tenente-general Leonel de Carvalho: "A violência doméstica é uma das excepções neste relatório, já que

foi dos crimes que mais aumentou." O mesmo aconteceu em 2006, em que a subida relativamente a 2005 ainda foi mais significativa, o que acaba por contrariar a tendência de descida da criminalidade geral e até da violenta, no que toca a 2007, e como o DN noticiou na semana passada.

Para o sub-intendente Luís Elias, do departamento de operações nacional da PSP, "este aumento não só tem a ver com a maior sensibilização das vítimas para os seus direitos, como reflecte também um investimento grande na formação dos elementos que trabalham esta área. A polícia investiu muito para que o atendimento fosse realizado de outra forma e as situações bem encaminhadas". O porta-voz da GNR, Coronel Costa Cabral, concorda que a sensibilização hoje é outra, embora não haja grande justificação para a descida ligeira de denúncias nas áreas de jurisdição da Guarda.

As áreas urbanas de Lisboa e Porto são as que registam maior número de ocorrências. No caso da PSP, Lisboa teve 29,8% do total das situações, o Porto 26,7% e o arquipélago dos Açores 6,5%. Na GNR, o Porto aparece em primeiro lugar e a capi-

921 casos

Número de idosos vítima de violência doméstica está a aumentar em Portugal

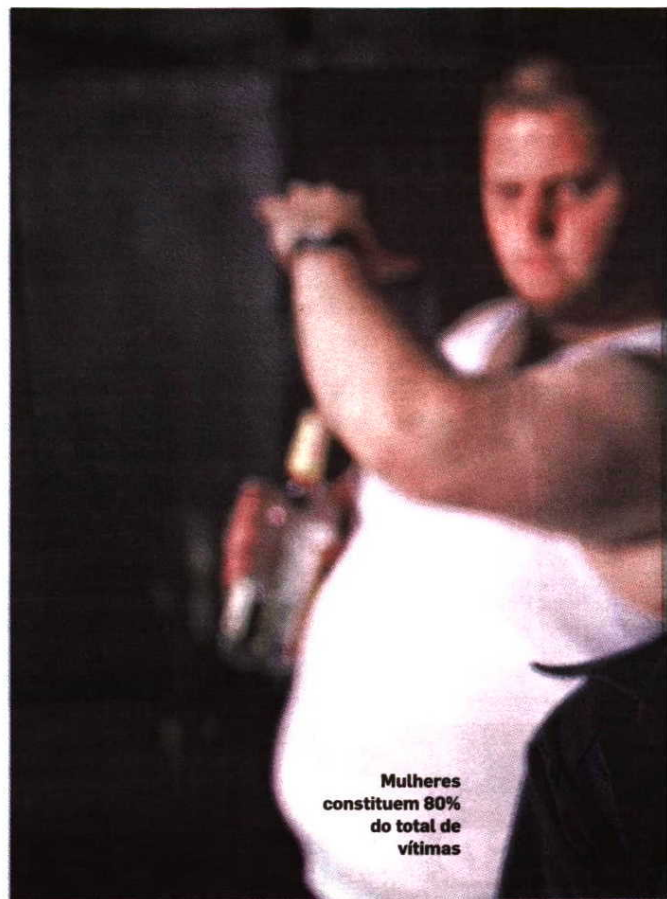
tal em segundo, Braga e Aveiro vêm logo a seguir.

Mas os dados das duas forças de segurança revelam que as mulheres constituem o maior grupo de vítimas, mais de 80%. Os homens não atingem ainda os 15% deste total. Contudo, em quase 90% dos casos são o elemento agressor. Os idosos começam a fazer parte dos grupos que mais sofrem com este tipo de violência. Em 2004, a PSP recebeu 346 denúncias, 570, no ano seguinte, 683, em 2006, e 921, em 2007. "Os idosos têm cada vez mais noção dos seus direitos e já denunciam os maus tratos de que são alvo", explicou o sub-intendente

Luís Elias. Neste caso, a violência é exercida também entre cônjuges, mas em grande parte de filhos para pais. Quanto ao grau de parentesco, a esmagadora maioria das agressões ocorre entre cônjuges ou companheiros, havendo uma percentagem de

10% que ocorre entre ex-cônjuges ou ex-companheiros. Em 8% dos casos são filhos ou filhas e em 6% são pais, mães, padrastos ou madrastas.

Até ao final de 2007 a PSP fez 62 detenções de agressores de violência doméstica - tendo registado um movimento processual de mais de seis mil



Mulheres constituem 80% do total de vítimas

Denúncias nos últimos 4 anos



inqueritos investigados -, a GNR apenas 12. Mas, desde 2000 até ao ano passado, PSP e GNR contabilizavam mais de um milhão de detenções, sobretudo desde 2003 quando este tipo de violência se tornou um crime público. A PSP registou, nestes sete anos, 888 detidos, o que prefaz uma média de 111 por ano, quase nove por mês.

O silêncio começa a ser quebrado, mas há organizações de apoio à vítima que garantem que os números estão longe da realidade. ■

Armas de fogo e de caça usadas nos crimes

Todos os anos morrem mais de 30 mulheres por violência doméstica em Portugal. Apesar de a média ser a mesma desde há alguns anos, o certo é que as forças de segurança parecem não ter dúvidas quando afirmam que, à semelhança de outros crimes, este também está mais violento. "As agressões infligidas às vítimas são mais intensas, quer do ponto de vista físico quer psicológico", explicaram ao DN técnicos que acompanham alguns dos casos que chegam às autoridades.

Segundo as forças de segurança, não se pode afirmar com certeza que

há mais violência praticada com armas de fogo ou outras de defesa e de caça. O certo é que, de há uns anos para cá, tem havido mais apreensões. Aliás, neste momento, quando "há uma denúncia em que a vítima refere que o agressor tem armas em casa, tenta-se retirá-la daquele espaço de imediato, pois a situação já é de risco elevado", afirmaram ao DN.

De acordo com dados da PSP, em 2007 foram registados 30 casos em que a violência foi exercida com arma de fogo e 19 com armas de caça. Mas em 182 situações os agressores socor-

reram-se de armas brancas e em 465 de outro tipo de objecto contundente. No entanto, a violência física continua a prevalecer na maioria dos casos, 6383. A GNR detectou 11 situações com armas de fogo, tendo uma das situações ter resultado em homicídio consumado, e 12 com outro tipo de objecto contundente. Na área da Guarda os maus tratos constituem a violência mais comum, tendo ocorrido em quase metade dos casos de 2007. Ou seja, em cerca de 4200 casos. As ofensas à integridade física foram as mais graves, com 29 situações. ■ - A.M.I

UMA BANDEIRA DO PROCURADOR

Pinto Monteiro definiu a investigação da violência contra idosos prioritária

O procurador-geral da República já assegurou que a investigação dos casos de violência contra idosos é uma das prioridades até 2009 na investigação criminal. Pinto Monteiro garante que os casos que envolvem idosos são pouco denunciados e essa é uma das razões que faz com que seja "necessário tomar medidas". E, por esse motivo, o PGR pediu às procuradorias distritais de Lisboa, Porto, Évora e Coimbra que alertem as autarquias, juntas de freguesia e

serviços da Segurança Social para denunciarem os casos de que tenham conhecimento. O procurador garantiu mesmo que recebe centenas de fax e cartas a denunciar essas situações. Como se trata de crime público nos casos mais graves - se estivermos perante ofensas corporais graves - e, como tal, não estão dependentes de queixa por parte das vítimas, o PGR pede que haja uma atenção redobrada dessas instituições. - F.A.S.



GETTY IMAGES

Entrevista com **Elza Pais**

“Pulseira electrónica vai avançar em Coimbra e na região dos Açores”

Os idosos são um dos grupos onde se regista um maior aumento de violência. É uma tendência dos últimos anos?

No ano passado já houve um aumento da violência contra os idosos, mas ainda não podemos dizer que é uma tendência. Este é um fenómeno que também nos preocupa e temos de perceber se está a aumentar devido a uma maior visibilidade do fenómeno ou se está a aumentar o número de casos. É uma reflexão que ainda precisamos de fazer.

O que é que está a ser feito em relação a esta população?

A questão dos idosos está integrada no III Plano Contra a Violência Doméstica e estamos a acabar um projecto de candidatura ao QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007/2013) para realizar um estudo sobre a população idosa. Também algumas Organizações Não-Governamentais, nomeadamente a Associação de Apoio à Vítima (APAV), estão a reforçar os mecanismos nesta área.

O problema é que este tipo de violência é sobretudo exercida pelos filhos...

O que torna o fenómeno ainda

mais complexo. Sabemos que há relatos dessas situações junto de organizações como a APAV, mas a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) não tem registos no gabinete de atendimento. O que sabemos é que a violência é exercida sobretudo contra as mulheres e por familiares, na maioria dos casos pelos cônjuges e companheiros.

E também pelos namorados...

É verdade e a próxima campanha de sensibilização, a lançar em Novembro, será sobre as relações entre namorados. A percepção desse fenómeno fez com que na revisão do Código Penal, e com a autonomização do crime de violência doméstica, se tenham integrado as categorias de relações afectivas e de casais homossexuais.

Uma das primeiras medidas que o Governo anunciou foi a introdução da pulseira electrónica para afastar os agressores das vítimas. Passaram três anos e não se avançou ainda. Porquê?

Estamos à espera de financiamento, porque esta é uma medida que implica alguns recursos. E já esta-

perfil



- Presidente da CIG e da Estrutura de Missão contra a Violência Doméstica
- Tem 48 anos
- Licenciada em Sociologia pelo ISCTE
- Tese de mestrado na U. Nova sobre homicídio conjugal

mos a finalizar o projecto de candidatura ao QREN.

Quando e onde é que será a introdução da pulseira?

Temos em preparação dois projectos-piloto, um em Coimbra e outro possivelmente nos Açores. Poderá avançar no final do ano ou início de 2009. ■

CÉU NEVES

Violada e espancada

Maria, de 38 anos, esteve sequestrada durante vários dias na casa dos pais do companheiro. Não sabe quantos, houve momentos em que, afirmou à PSP, perdeu a conta. Apenas registou a violência de que foi vítima. O ano de 2007 jamais se apagará da memória. Maria foi um dos casos-tipo que chegou a uma das Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV) que existem nas 22 subunidades dos vários comandos regionais da PSP de todo o País. Maria conseguiu fugir, mas durante o tempo que esteve sequestrada foi violada várias vezes em cada 24 horas. Passou fome e foi violentamente agredida, com “pontapés, socos e puxões de cabelos”. A única certeza que tinha era a de querer sobreviver para fugir. Assim que o fez, procurou ajuda na primeira esquadra que encontrou. Foi aberto um inquérito e Maria encaminhada para uma instituição de acolhimento de emergência. O companheiro, de 32 anos, foi detido tempo depois, através de um mandado de detenção, mas ouvido em primeiro interrogatório **saiu em liberdade com termo de identidade e residência.**

Filhos maltratam pais

Aos 80 anos, ficaram acamados, moravam com a filha e com o marido, toxicod dependentes, foram vítimas de agressões físicas e privados de cuidados de saúde primários. Mas não só. As próprias filhas do casal toxicod dependente também eram vítimas de maus tratos. A Segurança Social tinha conhecimento da situação. Os vizinhos deram-lhe conta. As técnicas sabiam que **os idosos se encontravam acamados e eram alimentados apenas à hora de almoço, por uma funcionária da casa paroquial** da zona que prestava esse tipo de cuidados. As crianças, de um e três anos, choravam o dia inteiro. A queixa chegou à Segurança Social, mas também à PSP. As crianças acabaram por ser retiradas aos pais e acolhidas num Centro de Acolhimento de Emergência pela Casa de Santa Joana, já que apresentavam sinais evidentes de subnutrição e vários hematomas pelo corpo que provavam terem sido vítimas de violência física continuada. Os agressores foram constituídos arguidos, a filha fugiu e marido ficou com termo de identidade e residência.

Ameaçada com armas

Fernanda tem 42 anos. O companheiro 29. Um dia deixou-a na rua, após uma vida de ameaças com armas brancas e de agressões violentas. Fernanda tinha a filha, uma bebé de oito meses, em casa. O companheiro fechou-se lá dentro com a bebé e não deixava que ela a visse. Fernanda decidiu apresentar queixa numa Esquadra de Investigação Criminal. A polícia acabou por o localizar um dia na rua, quando se encontrava a passear a bebé. O companheiro, mesmo perante as autoridades, recusou-se a entregar a criança, mas acabou por ser convencido. Fernanda e os quatro filhos, três dos quais frutos de um relacionamento anterior, tiveram de ser encaminhados para uma Instituição de Acolhimento de Emergência fora da área de Lisboa. Fernanda não tinha condições socioeconómicas e **não queria voltar ao local onde tinha sido tão brutalmente agredida.** Actualmente, já não se encontra lá e tem uma vida autónoma. O companheiro, após interrogatório judicial, foi constituído arguido. Saiu em liberdade, apenas sujeito a termo de identidade e residência.

Irmão foi o agressor

Joana, com apenas 18 anos, passou pela experiência mais dramática da sua vida: foi violada, dentro da sua própria casa. O agressor foi o irmão, um indivíduo extremamente violento, que tinha já registo de vários processos pendentes por crimes contra a integridade física e a liberdade pessoal. Apesar dos estreitos laços familiares, o agressor arrombou a porta da casa onde Joana vivia e procedeu às mais variadas agressões físicas e verbais. As chapadas, empurrões e puxões de cabelo juntaram-se às terríveis ameaças de morte. Depois de ter sido feita queixa junto das autoridades, **o irmão de Joana acabou por ser detido** através de Detenção fora de Flagrante Delito. Resultado dessa detenção, ficou sujeito a interrogatório judicial. Quanto a Joana, a opção de vida, depois desta experiência traumática, passou por ir viver em casa dos pais. Já o seu irmão, e em resultado da intervenção policial, ficou sujeito a termo de identidade e residência e impedido de contactar ou de se aproximar da casa onde Joana vive.

Protesto contra violência doméstica em Espanha



Espanha é dos países onde se matam mais mulheres

Números. Em menos de uma década, 500 mulheres foram vítimas dos seus companheiros

Quatro mulheres foram mortas no mesmo dia pelos seus companheiros durante a campanha para as legislativas do passado domingo em Espanha.

A brutalidade e o número de vítimas dos casos sucedidos a 25 de Fevereiro, respectivamente em Madrid, Cádiz, Valência e Valladolid, constitui uma triste confirmação de que Espanha é dos países onde mais se morre em resultado da violência doméstica.

Só em 2008 morreram já 17 mulheres; para 2007, um estudo do Centro Rainha Sofia para o Estudo da Violência, publicado em Janeiro, contabilizou 72 vítimas mortais. E números do Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais espanhol mostram que, entre 1999 e 2006, 500 mulheres foram vítimas dos maridos ou companheiros.

No rescaldo das mortes de 25 de Fevereiro, o ABC lembrou que 84 mil mulheres são actualmente alvo de medidas de protecção nesta matéria.

As quatro mulheres – com idades compreendidas entre os 22 e os 49 anos – foram assassinadas a tiro ou a golpe de armas brancas, em geral no culminar de discussões em privado e, numa das situações, em plena rua.

O tema não deixou de alimentar trocas de críticas durante a campanha entre a oposição do PP e José Luis Zapatero, cujo Executivo criou tribunais específicos para julgar os casos de violência doméstica – únicos na Europa – e endureceu as penas para este tipo de crime. Zapatero teve de admitir que a legislação em vigor não é suficiente para enfrentar um fenómeno que parece não conhecer limites na sociedade espanhola, comprometendo-se a tomar novas medidas no seu segundo mandato. ■ – A. C. M.



Violência doméstica: aumento ou visibilidade?

A violência doméstica não é um problema novo. Começa-amos hoje a conhecer, mais detalhadamente e graças aos estudos que têm sido feitos, que atravessou a história, de forma mais ou menos insidiosa, mais ou menos declarada, mais ou menos visível. Em todas as épocas, fez múltiplas e ignoradas vítimas e, até hoje, sabemos apenas de algumas delas, as que quebraram o silêncio pessoalmente, ou que foram reveladas pela denúncia de outrem.

Após um século XX pleno de alterações políticas, sociais, familiares e relacionais – entre elas, uma redefinição do papel das mulheres no mundo e uma maior protecção dada às crianças – já sabemos que a violência doméstica existe em largo espectro e não é, de todo, um problema pontual ou característico de determinados grupos sociais. Actualmente, a violência doméstica é olhada como uma ameaça social, que põe em causa na sua essencialidade os direitos humanos e relativamente à qual tanto as instituições como os cidadãos estão cada vez mais atentos. As

A violência doméstica não é um problema pontual, nem característico de determinados grupos, defende a presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Os números que têm aumentado reflectem uma visibilidade crescente do fenómeno

próprias vítimas abandonam progressivamente uma atitude passiva perante os seus agressores e pedem que lhes seja feita justiça – mesmo que uma denúncia signifique, em muitos casos, um elevado risco e uma total reorganização das suas vidas, com nova morada, novo emprego, nova escola, novas perspectivas na construção de um futuro incerto.

Segundo se anunciou, os números do Relatório Anual de Segurança Interna – 2007, que está a ser finalizado pelo Governo, darão conta de quase 22.000 vítimas, registadas pela PSP e pela GNR. Um au-

mento de cerca de 7% em relação a 2006. Já neste ano fora registado um aumento de cerca de 30% em relação a 2005.

Também a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou cerca de 15.000 crimes no âmbito violência doméstica em 2007, representando um aumento de 7% em relação a 2006. De 2005 para 2006 o aumento fora de 6,2%.

Estará a violência doméstica a aumentar? Ou estará, pelo contrário, a ser progressivamente revelada pelos cidadãos que vão tomando conhecimento de situações na família ou na vizinhança; e, mais que todos, pelas próprias vítimas, que ousam quebrar cada vez mais os ciclos próprios da sua vitimação?

Estas perguntas não são novas. Vêm sendo continuada e frequentemente colocadas quer pela comunicação social, quer por todos os que se interessam e trabalham sobre esta temática, designadamente em reuniões técnicas, nas quais se reflecte sobre as questões fundamentais em torno das vítimas e do apoio que lhes deve ser prestado. E a resposta da generalidade dos profissionais e investigadores vai no sentido de interpretar os números não como reflexo de um aumento da violência doméstica em si, mas sim como um crescendo da sua visibilidade.

Estaremos, portanto, perante um acontecimento positivo. Porque significativo de um “trazer para a luz do dia” um fenómeno oculto, nos permite combatê-lo mais adequadamente.

E um dos desafios que nos é colocado por esta maior visibilidade, é, sem dúvida, para além da consciencialização da própria vítima, preparar as instituições para atender, proteger, apoiar e encaminhar as muitas vítimas – bem como os seus familiares e amigos – segundo elevados padrões de qualidade. A formação dos profissionais é um dos pontos nevrálgicos desta qualidade, que deve confirmar positivamente a denúncia da violência doméstica como essencial à construção de uma sociedade justa e solidária. ■



Jornal da Tarde - Açores
2008.03.14

Reportagem APAV - GAV Ponta Delgada
<http://ww1.rtp.pt/multimedia/?tvprog=1501&idpod=12396>
(a partir dos 9m45s)



Gabinete de Apoio à Vítima com novas instalações

Entre 2004 e 2007, o gabinete registou um total de 404 processos de apoio, na quase totalidade mulheres alvo de violência doméstica, nomeadamente os maus-tratos físicos e psíquicos, seguindo-se as ameaças ou coacção...

O Gabinete de Ponta Delgada da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) tem desde ontem um espaço próprio, que vai permitir responder "a novas necessidades" da estrutura que, desde 2004, já registou 404 processos de apoio.

O gabinete foi criado em Fevereiro de 2004, funcionando com carácter permanente nas instalações da acção social da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Entre 2004 e 2007, o gabinete registou um total de 404 processos de apoio, na quase totalidade mulheres alvo de violência doméstica, nomeadamente os maus-tratos físicos e psíquicos, seguindo-se as ameaças ou coacção.

Segundo os dados mais recentes, foram notifica-

dos, desde 2004, uma média de 100 casos por ano.

A maioria das situações que chegou ao serviço foi da ilha de São Miguel, principalmente dos concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande.

Passados quatro anos de "consolidação" da estrutura, o vice-presidente da APAV disse que era necessário dar "o passo seguinte", com melhores instalações para poder prestar "mais e melhores atendimentos".

Segundo João Lázaro, existem mais necessidades e daí ser importante um espaço que permita dar o apoio especializado em várias áreas.

O responsável disse também que o novo espaço assume importância para o desenvolvimento das acções de prevenção nas escolas e junto da



>> APAV Gabinete de Ponta Delgada tem desde ontem um espaço próprio

comunidade que a APAV promove na ilha.

João Lázaro admitiu ainda a abertura, dentro em breve, de mais um Gabinete de Apoio à Vítima na região, embora sem avançar, para já, em que ilha açoriana.

"Estamos a desenvolver os primeiros contactos para que possa ser possível ter, pelo menos, mais um gabinete na região, tendo em conta a

diversidade geográfica e territorial do arquipélago açoriano", disse.

Na inauguração, a presidente da Câmara de Ponta Delgada sublinhou que o gabinete dá hoje um "passo significativo e importante" na sua autonomia funcional e num melhor atendimento.

Frisando que a estrutura tem prestado um trabalho "notável" de apoio

às vítimas, Berta Cabral disse que a autarquia de Ponta Delgada apoiou a abertura da estrutura há quatro anos, porque verificou que "era essencial" ter a valência na cidade de Ponta Delgada.

"Tem encaminhado as pessoas, depois de as informar e criar as condições de autonomia e de ultrapassarem deste problema físico e psicológico", sublinhou a autarca

de Ponta Delgada.

Berta Cabral garantiu ainda que a Câmara Municipal vai continuar a apoiar o funcionamento do gabinete, adiantando que anualmente a autarquia tem financiado a estrutura em cerca de 35 mil euros.

O Gabinete presta apoio jurídico, social e psicológico às vítimas, ajudando ainda as suas respectivas famílias.



falar claro

Céu Neves
jornalista

Violência doméstica. O número de vítimas bate recordes todos os anos. Falta estudar se é devido a uma maior consciencialização para com o fenómeno ou se os casos estão efectivamente a aumentar. O que se sabe é que não diminuíram. Mais de 120 mil mulheres apresentaram queixa, mas poucos foram condenados

Entre marido e mulher já se vai metendo a colher

Os números sobre a violência doméstica batem recordes todos os anos. Vinte e duas mil queixas junto das polícias são os dados de 2007, antecorrendo revelados pelo DN, o que representa uma subida de 7% relativamente a 2006, taxa idêntica à registada pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), com 8373 processos no ano passado. Resta saber se o número de casos está efectivamente a aumentar ou se este crescimento se deve à maior visibilidade e consciencialização do problema. O que se sabe é que as situações de violência doméstica não diminuíram. Em 17 anos de actividade, entre 1990 e 2007, a APAV registou 138 526 crimes de violência doméstica. Um crime que é público desde 2000 e que se autonomizou com a revisão do Código Penal, em 2007.



Esta página foi elaborada com base em indicações de Joana Marques Vidal, PRESIDENTE DA APAV

lação da prova sim. Muitas vezes, a mulher – porque os actos violentos continuam a ser exercidos quase exclusivamente sobre o sexo feminino – até apresenta queixa, decide avançar para os tribunais, mas cala-se no julgamento. "Existe uma ambiguidade muito característica deste tipo de fenómeno e que se deve à complexidade de sentidos pelos quais as vítimas vão passando. A questão da autonomia é muito importante e, cada vez menos, as mulheres estão condicionadas pelos elementos materiais, mas a parte afectiva é muito complexa."

O que é que falta para que o quadro jurídico tenha uma maior aplicação prática?

Há ainda bastante terreno para percorrer e em várias áreas, nomeadamente no que diz respeito à capacidade de investigação deste tipo de crimes e que passa pela forma como as estruturas estão organizadas. As autoridades policiais já avançaram bastante, a maioria tem gabinetes especializados para atender as vítimas, mas não é o caso dos tribunais. "Muitas vezes,

Perfil da vítima

ESTATÍSTICAS TOTAIS NACIONAIS, 2007

- SEXO: feminino **87%**
- IDADE: entre os 26 e os 45 anos **34,1%**
- DEPENDÊNCIAS: nenhuma **31,7%**
- ESTADO CIVIL: casada **47%**
- TIPO DE FAMÍLIA: nuclear com filhos **51,4%**
- NACIONALIDADE: portuguesa **73,4%**
- CONDIÇÃO PERANTE A ACTIVIDADE ECONÓMICA: empregada **40,8%**
- PRINCIPAL MEIO DE VIDA: rendimento do trabalho **38,7%**
- PROFISSÃO: trabalhadores não qualificados dos serviços e do comércio **10,7%**
- DISTRITO DE RESIDÊNCIA: Lisboa **33%**
- CATEGORIA DE CRIMES DE QUE SÃO ALVO: violência doméstica **87,2%**
- TIPO DE VITIMIZAÇÃO DE QUE SÃO ALVO: vitimização continuada **78%**

Fonte: APAV



as pessoas são ouvidas numa sala onde estão outras pessoas (funcionários), o que demonstra que ainda se dá pouca atenção ao respeito pela dignidade das vítimas. Esquece-se que uma vítima destes crimes está a expor a sua intimidade e as condições em que o faz tem influência na recolha da prova."

O combate a este fenómeno não se resolve apenas com uma maior repressão criminal. Há todo um conjunto de factores sociais e

afectivos que precisam de ser enquadrados e trabalhados de uma forma global. "Não basta a participação criminal, é preciso que a própria vítima se consciencialize de que precisa de sair deste ciclo social. É muito importante o apoio social e jurídico às vítimas, mas também é importante o apoio psicológico e o acompanhamento."

Tem sido fundamental o papel das Organizações Não Governamentais (ONG) às vítimas de violência doméstica, como a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e a APAV, mas não é suficiente. Há muitos casos em que, mesmo depois de a mulher sair de casa e conseguir um emprego, continua a manter uma dependência psicológica em relação ao agressor que a impede de levar o processo até ao fim.

Em que zonas do País há menos capacidades de resposta?

As autoridades policiais e as ONG têm gabinetes de atendimento espalhados por todo o País. E, também, as 32 casas de abrigo pretendem ter uma distribuição nacional no acolhimento

das vítimas. Mas existem dificuldades ao nível das respostas de emergência, sobretudo nas regiões do interior. E seriam precisos mais técnicos de apoio e acompanhamento psicológico das mulheres.

Onde é que falta fazer quase tudo?

É junto dos agressores. Faltam programas de tratamento junto dos agressores. Existem um ou outro projecto pontual, como a Universidade do Minho, mas não há uma resposta organizada. As respostas que existem para este fenómeno dirigem-se sobretudo às vítimas e não se pode combater verdadeiramente o fenómeno se não se actua em todas as frentes. Quando há uma condenação, por exemplo, há a possibilidade de o juiz aplicar pena suspensa, desde que o agressor se comprometa a seguir um programa de reabilitação. Acontece que esta possibilidade, prevista na lei, muitas vezes não é aplicada por falta de mecanismos que a possam concretizar.

Outro dos problemas tem a ver com o afastamento do agressor da residência familiar, o que acaba por ser impossível por não haver formas de o impedir. Por isso, acaba por ser a vítima a ter de abandonar a residência e ir viver para uma casa de abrigo, afastando-se das redes familiares e de vizinhança. O uso da pulseira electrónica para impedir que o homem que agride se aproxime da casa da vítima é uma das soluções encontradas pelo Governo, só que tarda em avançar. Começou por ser um problema legislativo, mas agora que essa possibilidade está prevista na legislação, há que procurar os recursos financeiros. Mas estão já previstos dois projectos-piloto para o uso da pulseira, em Coimbra e nos Açores, que deverão avançar o mais tardar no início de 2009. ■

22 mil crimes de violência doméstica num ano correspondem à realidade?

Não. Estima-se que existam muito mais casos. Isto, apesar de as vítimas estarem mais informadas dos seus direitos e dos apoios disponíveis, além de terem a consciência de que não podem nem devem suportar determinado tipo de comportamento. Por parte da sociedade, também tem havido uma maior consciencialização para este fenómeno, o que se reflecte num maior número de denúncias. Mas esta consciencialização não está alargada a todos os sectores da população.

Porque é que o facto da violência doméstica ser um crime público não se reflecte num maior número de condenações?

O problema, neste como em outro tipo de crimes, é a prova do acto criminoso, o que se torna muito difícil em agressões cometidas na esfera privada. A maior parte das vezes, essa prova faz-se através das declarações dos próprios envolvidos no processo. É verdade que o processo judicial não depende da vontade da vítima, mas a formu-

prós

Autonomia e alargamento deste crime

>>> A revisão do Código Penal, em 2007, autonomizou o crime de violência doméstica e alargou o seu âmbito aos ex-cônjuges, ex-companheiros, namorados, casais homossexuais, filhos e pais.

>>> Atendimento das vítimas por parte das autoridades policiais. A existência de uma ficha padronizada para registar as situações evitou a duplicação dos números das polícias.

>>> Os planos contra a violência doméstica, sendo que o terceiro vigora até 2010. Uma das medidas executadas foi o alargamento do número de casas de abrigo, 32 actualmente.

>>> O trabalho desenvolvido pelas organizações não governamentais.

contras

Falta de articulação entre tribunais

>>> A revisão do Código de Processo Penal, 2007, que fixa as detenções em flagrante delito e que não se adequa ao crime de violência doméstica. Quando o flagrante delito é fora das horas de expediente, o agressor vai para casa com a obrigação de se apresentar às autoridades no dia seguinte, podendo repetir a agressão.

>>> Falta de formação e articulação entre as estruturas judiciais, o que faz com que processos de um caso nos tribunais (divórcio, poder paternal e crime de violência) possam ter decisões contraditórias.

>>> A ficha padronizada é muito complexa e confusa.

>>> Falta de uniformização da recolha estatística.